

**ATA DA 35ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, REALIZADA EM
CONJUNTO COM A 4ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE
RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA/DF**

DATA: 25 e 26/09/2002

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)
Agência Nacional de Águas: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Raymundo Peixoto B. Filho (rpeixoto@aguasbr.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Emerson Martins Costa (emerson@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)
Organizações não governamentais: Sérgio Antônio Gonçalves (sag61@uol.com.br)

CONVIDADOS:

César Augusto Paulino Grandchamp – MBR (cpg@mbr.com.br)
Danielle Mancin – M. Integração (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Fábio Floriano Haesbaert – AMAT (fabiofh@ih.com.br)
Guilherme Cunha Costa – ABIT (guilherme@abit.org.br)
Guilherme Lima Paes – M. Transportes
Gustavo Campos – SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)
Jairo dos Santos Lousa – CNA (lousa@o2.net.br)
José Fernando Gambier Costa – Geocenter Ltda. (geocenter@ih.com.br)
Lázaro A. Cunha – ARBRAC (lazar@rioquenteresorts.com.br)
Luiz Fernando de Arruda Gonçalves – COPEL (luiz.goncalves@copel.com)
Marcelo Taylor de Lima – CVRD (marcelo.taylor@cverd.com.br)
Marcos André Basílio Pereira de Souza – CVRD (marcos.andre.souza@cverd.com.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria de Fátima Araújo Paiva – ANA (fpaiva@ana.gov.br)
Marilene Ramos Múrias dos Santos – FGV (mramos@fgv.br)
Oneida Souza Lima Madeira – FEDF
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Robério Barbosa Bomfim – SRH/BA (rbomfim@srh.ba.gov.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmon@ig.com.br)
Rodrigo Speziali de Carvalho – IGAM
Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS (wagner@furnas.com.br)
Walder Suriani – AESB (aesb@aesb.org.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Pauta do dia 25: Item I - Aprovação das Atas: 3ª CTCOB e 31ª CTIL. Após algumas modificações solicitadas pelos Drs. Décio Michellis, Julio Thadeu Kettelhut e Sonáli Cavalcanti, as Atas foram aprovadas. Item II – Apresentação. Considerações sobre impactos da cobrança; sugestões de teto de valor a ser cobrado; cronograma de implantação da cobrança; acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga; e características específicas: segmento Usuários de recursos hídricos para lazer e turismo, por Lázaro Cunha, da ARBRAC - Associação Regional dos Usuários de Recursos Hídricos do Brasil Central (**Anexo II**). Seguiram comentários e questionamentos sobre a visão do segmento. O Dr. Julio Thadeu comentou que, o que se percebe, é que não há uma posição contrária à cobrança. O que existe é a vontade de que essa cobrança seja justa para que o setor não seja prejudicado, e

esse pensamento é um dos princípios da Lei n.º 9.433/97. Lembrou que a sociedade precisa saber que a cobrança não será feita de maneira uniforme (todos pagam e os mesmos valores) e que haverá espaço para negociação onde todos os segmentos serão ouvidos. A cobrança não é um imposto. O Dr. João Mário, da ANEEL, questionou a ARBRAC quanto à exploração dos reservatórios das usinas hidrelétricas feita pelo setor turístico. Segundo ele, a cobrança será feita a quem tiver outorga. Se quem possui a outorga é a usina hidrelétrica, mas dentro desse reservatório existe a exploração turística, ao final quem pagaria? O Dr. Lázaro disse que entende que se o empreendimento turístico não modificar a água, nem em quantidade nem em qualidade, ele não deverá pagar pelo uso dessa água, e sim, apenas pela água consumida. A Dra. Sonáli lembrou que existem as leis de nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que institui, para os estados, Distrito federal e municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, e 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição dessa compensação. O Dr. Lázaro argumentou que “compensação financeira” não foi abordada em sua apresentação porque considera algo distinto da cobrança pelo uso da água. Para ele, aplicar os dois para o mesmo empreendimento é injusto. A Dra. Fátima Paiva perguntou sobre o que o segmento entende por uso insignificante. O Dr. Emerson Martins respondeu que se o volume de água devolvido ao meio ambiente for quase o mesmo do retirado e se, ainda, retornar com boa qualidade, é considerado pelo segmento como uso insignificante. O Dr. Décio enfatizou que cada segmento usuário deve revitalizar a discussão sobre os impactos da cobrança dentro de seus setores porque o que tem percebido, à cada reunião da Câmara Técnica, é que as apresentações dos segmentos trazem dúvidas e não propostas para o tema. O Dr. Julio sugeriu que, até que se chegue a uma minuta mais concreta da resolução de cobrança, não haja mais reunião conjunta (CTCOB/CTIL) para facilitar a vinda dos membros aos encontros de Câmaras Técnicas. A sugestão foi acatada. O Dr. Décio informou que não houve outras contribuições para a proposta de resolução após o trabalho realizado pelas Dras. Patrícia Boson e Cristina Yuan, mas que sugestões podem ser encaminhadas a qualquer momento para a Secretaria Executiva do Conselho. Item III - Início da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Não houve tempo para discussão antes do horário de almoço. Foi dado o intervalo para o almoço às 12h. A reunião recomeçou às 14h05. Item IV – Apresentação. Considerações sobre impactos da cobrança; sugestões de teto de valor a ser cobrado; cronograma de implantação da cobrança; acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga; e características específicas: segmento Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por Raymundo Peixoto Bittencourt Filho (**Anexo III**) que, logo após sua exposição, convidou o Dr. Walder Suriani para falar sobre “perda de água” no processo de distribuição da mesma. A Dra. Célia Cristina Pimenta disse que entende que desde 1970, época do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento, não tem havido grandes investimentos no setor de saneamento mas o que se discute, no momento, não são os problemas setoriais, e sim, qual é o custo da redistribuição social e qual melhoria que pode ser feita na bacia hidrográfica. A Dra. Fátima Paiva propôs que a questão do saneamento seja melhor avaliada porque entende que o setor passa por dificuldades. Sendo assim, não adianta avançar na discussão da proposta de resolução, definir como vai ser a cobrança pelo uso da água se haverá segmentos que não poderão pagar. O Dr. Décio questionou os membros da Câmara sobre a possibilidade da suspensão da análise da proposta de resolução para que a questão do saneamento seja melhor estudada, mas não foi aceita. Item V - Continuação da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Não foi continuação, e sim, início da análise. O Dr. Julio Thadeu explicou como foi montada a minuta presente. As discussões foram focadas nos “Considerandos”, art. 1º (Capítulo I - Disposições Gerais) e art. 2º (Capítulo II – Dos Objetivos da Cobrança), sendo que ficou acertado que não haveria votação para decisões e sim debate para se chegar a um consenso. O texto da proposta de resolução seguiu um método de cores: preto em negrito para os trechos já consensados e verde para aqueles que serão objetos de reflexões futuras. A reunião do dia encerrou às 18h com a discussão do inciso IV do art. 2º.

Pauta do dia 26: Item I – Apresentação, às 9h. Considerações sobre impactos da cobrança; sugestões de teto de valor a ser cobrado; cronograma de implantação da cobrança; acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga; e características específicas: Ministério da Integração Nacional, por Fernando Cabral (**Anexo IV**). Não houve questionamentos. Item II -

Continuação da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Foi reiniciada pelo inciso V do art. 2º e avançou até o art. 3º (Capítulo III – Das Condições para a Cobrança). Às 12h, intervalo para almoço. A reunião recomeçou às 14h. Item III – Apresentação. “O impacto da cobrança pelo uso da água no comportamento do usuário”, por Marilene Ramos, do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Getúlio Vargas. A Dra. Marilene citou a experiência em outros países como Alemanha, França e Holanda, e fez reflexões sobre a cobrança em implementação no Brasil, principalmente, nos estados São Paulo e Ceará, e na bacia do rio Paraíba do Sul (**Anexo V**). O Dr. Julio Thadeu comentou que desconhece estudos que indiquem benefícios. Por exemplo: se uma companhia de saneamento vai pagar pelo uso da água, por que ela precisa incorporar o custo à tarifa se ainda não se sabe qual a melhoria representada na qualidade da água e o benefício que ela estará recebendo? Essa composição de custos precisa ficar bem clara para a sociedade que já paga pela água (sistema de saneamento, irrigação e pela falta de gerenciamento e investimento no setor). O Dr. Fernando Cabral mencionou que devem ser observados os bons exemplos de regulação econômica para que haja indução à uma mudança de comportamento do usuário da água. Questionou onde estariam esses bons exemplos. A Dra. Marilene citou o Programa de Despoluição de Bacias da Agência Nacional de Águas como uma tentativa de mostrar eficiência econômica, a qual incorpora custos sociais. O Dr. Décio Michellis perguntou se o trabalho da Dra. Marilene aborda a arrecadação do setor elétrico, o “efeito em cascata” da cobrança e o custo marginal da oferta de água em nível mundial. A Dra. Marilene disse que não. Finalizando, o Dr. Décio afirmou que, aparentemente, no Brasil, quem mais polui são aqueles que têm menos condições de pagar. Então, perguntou se, no trabalho, há algum comentário sobre como equacionar essa questão. A Dra. Marilene disse que, em seu trabalho, há um planejamento para arrecadação no Brasil, mas não é suficiente para equilibrar essa situação. Item IV – Assuntos Gerais. Este item foi adiantado a pedidos. A próxima reunião foi marcada para os dias 22 e 23 de outubro próximo. Foi decidido que todos os conselheiros do CNRH receberão ofício que solicita contribuições para a proposta de resolução e/ou apresentações na CTCOB sobre o tema “cobrança”. As próximas apresentações serão agendadas uma por dia de reunião. Item V - Continuação da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. As discussões foram direcionadas para o art. 4º (Capítulo III – Das Condições de Cobrança), finalizando o debate do dia no inciso I. A minuta da resolução, em seu estágio atual de discussão, segue anexa à esta Ata (**Anexo VI**). Encerramento. Agradecimentos pela presença. A reunião foi encerrada às 18h.

Aprovada na 41ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2002.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores